

UMA REVISÃO TEÓRICA DA TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA CIÊNCIA POLÍTICA

A THEORETICAL REVIEW OF THE TRAJECTORY OF THE CONCEPT OF DEMOCRATIC TRANSITION IN POLITICAL SCIENCE

DOI: 10.5380/cg.v%vi%i.91247

Nicole Tricarico¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal o desenvolvimento de uma revisão narrativa cronológica dos estudos que se debruçaram sobre o tema da passagem política de autocracias para democracias, inseridos na área da ciência política denominada transição democrática. Dessa forma, a pergunta de pesquisa que guiará todo o trabalho é: de que forma o conceito de transição democrática foi cunhado dentro do campo da ciência política? Buscando assim mapear: quais são os autores fundamentais no campo de estudo sobre transições, como eles dialogam entre si no decorrer do tempo, quais temas e ideias são fundamentais para o transcorrer do debate e como as argumentações estão relacionadas. A revisão caminhará desde a construção do campo em 1950, com as teorias funcionalistas da democracia até os dias atuais, em que nota-se uma construção dual acerca dos conceitos de transitologia e a consolidologia. Por fim, a construção cronológica terá um caráter bibliométrico, com a quantificação do campo de estudos, em uma amostragem dentro da base da Scopus acerca do termo “democratic transition”. A qual resultou em algumas reflexões sobre a origem dos trabalhos indexados na plataforma e sobre a própria formulação ocidentalizada dos conceitos de democracia e transição, que carrega consigo consequências metodológicas e teóricas para a construção do campo. A pesquisa tem caráter revisionista e, dessa forma não busca esgotar o debate que é tão fundamental nas ciências humanas, mas propõem-se algumas interpretações e reflexões que poderão auxiliar em futuras pesquisas do campo.

Palavras-Chave: Revisão de literatura; Revisão cronológica; Democracia; Transição democrática; Teorias da Democracia.

Abstract

The present work has as main objective the development of a chronological narrative review of the studies that focused on the theme of the political passage from autocracies to democracies, inserted in the area of political science called democratic transition. Thus, the research question that will guide all the work is: how was the concept of democratic transition coined within the field of political science? Seeking to map: which are the fundamental authors in the field of study about transitions, how they dialogue with each other over time, which themes and ideas are fundamental to the course of the debate and how the arguments are related. The review will go from the construction of the field in 1950, with the functionalist theories of democracy to the present day, in which there is a dual construction about the concepts of transitology and consolidology. Finally, the chronological construction will have a bibliometric character, with the quantification of the field of studies, in a sample within the base of Scopus about the term “Democratic Transition”; This resulted in some reflections on the origin of the works indexed on the platform and on the very Westernized formulation of the concepts of democracy and transition, which carries with it methodological and theoretical consequences for the construction of the field. The research has a revisionist character and thus does not seek to exhaust the debate that is so fundamental in the humanities but proposes some interpretations and reflections that may help in future research in the field.

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: nicolettricarico@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6194-7236>.

Keywords: Literature review; Chronological review; Democracy; Democratic transition; Theories of Democracy;

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 1950, os teóricos das ciências humanas buscaram explicações para o porquê e como acontecem as mudanças políticas de regimes em diversos contextos históricos, políticos e sociais. Pretende-se aqui perpassar por alguns dos trabalhos centrais do campo, vale lembrar que algumas pesquisas importantes não foram exploradas devido às próprias limitações do escopo de um artigo, não se pretende esgotar a discussão e análise sobre o conceito de transição democrática, mas o trabalho aqui desenvolvido se propõe a tecer algumas interpretações e reflexões que poderão auxiliar em futuras pesquisas do campo.

Para a construção desse artigo foi utilizado como base o trabalho “As teorias da transição para a democracia e o caso português” de Bernardo Pires de Lima e Tiago Moreira de Sá (2005). Neste trabalho os autores elaboraram uma breve linha do tempo em que localizam correntes teóricas e suas abordagens mais relevantes sobre transições políticas. O objetivo central do artigo de Lima e Sá é apresentar um panorama teórico a fim de localizar o caso português, que é o estudo de caso proposto pelos autores. O trabalho aqui desenvolvido representa uma tentativa de ampliação do alcance da discussão trazendo o debate mais atual sobre a temática.

Ao se debruçar sobre o tema da transição democrática, é possível notar duas grandes correntes teóricas que fundaram os estudos da área dentro das ciências humanas. Nem sempre esses estudos carregaram o nome de transição ou transitologia, que é o nome dado hoje pela Ciência Política para as pesquisas que se empenham em explicar os desdobramentos e as condições envolvidas dentro de um processo de passagem de regimes políticos. Apesar de nem sempre possuírem essa nomenclatura, inúmeros trabalhos vêm sendo desenvolvidos desde os anos 1950, com início na corrente das teorias funcionalistas, que se propuseram a encontrar condições e pré-requisitos para instauração de um regime democrático. Dentro dessa linha é possível observar três tipos de abordagens: aquelas que encontraram explicações e pré-requisitos dentro de condições econômicas; aquelas também que depositaram as pré-condições em requisitos estruturais; e aquelas que se fundaram em requisitos culturais. Duas décadas depois, nos anos 1970, com o grande contingente de novas democracias, uma nova linha de estudos é inaugurada, já não mais guiada pela tentativa de encontrar os requisitos necessários para a democratização, mas sim por trabalhos guiados pelo enejo de compreender a dinâmica democrática per si, atores políticos e instituições e como o meio tanto interno quanto externo que são capazes de influenciar toda a dinâmica democrática.

Nota-se a importância de desenvolver esse panorama mesmo que inicial dos primórdios dos estudos sobre transições, porque essa base explicará depois o comportamento de outros trabalhos mais contemporâneos, para que assim seja possível entender a movimentação do conhecimento ao longo do tempo. De forma que seja possível responder algumas questões que são responsáveis por guiar uma estrutura de revisão de literatura: quais são os autores fundamentais no campo de estudo sobre transições, como eles conversam entre si no decorrer do tempo, quais temas e ideias são fundamentais para o transcorrer do debate e como as argumentações estão relacionadas entre si. Dessa forma, metodologicamente, o trabalho será construído dentro do que chamamos de revisão narrativa cronológica, ou seja, a análise de um conjunto bibliográfico que versa sobre um tema comum, em que a matriz guia para a organização e apresentação das ideias será a cronologia, o comportamento desses trabalhos no transcorrer do tempo. E, ao final, há uma tentativa de aproximação de uma metodologia de revisão crítica, ao apresentar o contexto atual sobre tema, buscando desenvolver reflexões tanto conceituais quanto metodológicas e a possibilidade de novos caminhos.

De forma inicial, para localizar a construção da revisão, a Tabela 1 foi desenvolvida a fim de servir de suporte para a leitura do trabalho. Nela estão dispostos os dois momentos de formação do conceito de transição democrática. O primeiro momento, em que as teorias eram denominadas de Teoria Funcionalistas, ou seja, ainda não existia o termo cunhado “transição para a democracia”. Nessa corrente, nota-se três abordagens: modernizadora, política cultural e estruturalista. Abordagens que serão mais bem descritas nas subseções seguintes do trabalho, assim como os principais autores responsáveis pela formulação e elaboração de cada abordagem. Em um segundo momento, temos a fundação do campo de estudos que hoje se conhece por estudos de transição. No qual estão dispostas as abordagens: genética, nativista e internacional.

TABELA 1 – UMA SISTEMATIZAÇÃO DAS TEORIAS DE TRANSIÇÃO

TEORIAS FUNCIONALISTAS	ABORDAGENS	AUTORES	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	MODERNIZADORA	Seymour Lipset, David Apter, Phillips Cutright, Robert Jackman e Arthur Smith	<u>Tese</u> : desenvolvimento econômico e a modernização seriam os pré-requisitos para um sistema de governança democrático
	POLÍTICA CULTURAL	Gabriel Almond, Sidney Verba, Daniel Lerner ou Gunnar Myrdal	<u>Tese</u> : são os fatores internos da cultura política de um país que serão favoráveis ou não para o desenvolvimento democrático
	ESTRUTURALISTA	B Barrington Moore	<u>Tese</u> : vê na mudança e transformação das estruturas de poder de um país, resultado de

TEORIAS DA TRANSIÇÃO			lutas políticas e sociais, o pré-requisito da democratização.
	CRÍTICA	Nicos Poulantzas	<u>Tese</u> : baseia-se na ideia de que a natureza de um Estado é o resultado direto da relação de forças entre as classes sociais que o compõem.
	GENÉTICA	Dankwart Rustow	<u>Tese</u> : Que condições tornam a democracia possível e quais as que permitem o seu desenvolvimento? Um processo dinâmico de mudança, marcado pela contingência e a incerteza. A argumentação de que o processo não é uniforme, podendo variar consoante o país – «podem existir muitos caminhos para a democracia».
	NATIVISTA	Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter Lawrence Whitehead	<u>Tese</u> : as razões explicativas para esses processos políticos estão nos fatores domésticos e internos. Formulação de um conjunto de variáveis gerais: : a) posicionamento do bloco de apoio ao anterior regime autoritário; b) papel das Forças Armadas durante o autoritarismo e na transição; c) ação dos novos atores políticos; d) realização, ou não, de pactos; e) realização de eleições
	INTERNACIONAL	Juan Linz e Alfred Stepan	<u>Tese</u> : a dimensão internacional ou, nas suas palavras, «influências internacionais», como um elemento condicionador do resultado final da transição democrática. Os autores inscrevem-se, assim, numa nova perspectiva que tende a valorizar o fator externo ao contrário do pressuposto «nativista»
		Samuel Huntington	<u>Tese</u> : elaboração de modelos analíticos agrupando os diversos casos, tendo por base as suas semelhanças e diferenças no modo como se processou a mudança de regime. Partindo do critério da importância relativa dos detentores do poder e da oposição no regime anterior, o autor identificou três grandes modelos: <i>transformation</i> , <i>replacement</i> e <i>transplacement</i> .

		<p>Lawrence Whitehead</p>	<p><u>Tese:</u> embora continuasse a postular a predominância das forças internas na transição, chamavam a atenção para a importância do impulso externo, sobretudo nos casos de maior incerteza quanto ao resultado final do processo político. Buscaram sistematizar os métodos pelos quais as forças externas podem influenciar a mudança de regime num determinado país.</p>
		<p>Geoffrey Pridham</p>	<p><u>Tese:</u> desenvolveu uma estrutura analítica capaz de auxiliar os estudos comparativos que lidassem com os fatores internacionais. Foi a partir dos anos 1990, quando se passou a considerar que transição e consolidação democrática deveriam ser estudadas de formas distintas e relativamente separadas.</p>

FONTE: Elaborado pela autora (2023).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 AS TEORIAS FUNCIONALISTAS

Ao longo dos anos 1950 e 1960 os cientistas políticos e sociais buscavam desenvolver uma teoria capaz de explicar as condições necessárias para a emergência de um sistema democrático. Essas teorias que preconizavam pré-condições à democracia ficaram conhecidas como Teorias Funcionalistas. Essa corrente teórica foi formada por três linhas principais de argumentação, três abordagens que se diferenciam pela escolha de quais pré-requisitos seriam esses.

No período pós-segunda Guerra Mundial, nasce a primeira abordagem conhecida como Modernizadora, denominação resultante do fato “de que o seu principal argumento sustenta que tanto o desenvolvimento econômico como a modernização são pré-requisitos do sistema democrático (...), ou seja, ao considerar que um país se torna democrático quando atinge elevados níveis de rendimentos per capita, bem-estar e industrialização” (Lima & Sá, 2005, pg. 128). E foi uma perspectiva que predominou nesse campo de estudos até os anos 1960, e teve como precursores autores como David Apter, Phillips Cutright, Robert Jackman e Arthur Smith. Mas foi a Seymour Lipset (1967) que ficou atribuída a sistematização teórica mais fundamentada dessa corrente.

A obra de Lipset “O homem Político”(1967) inicia com o panorama histórico e definindo o que é democracia. Isso é um ponto bastante relevante que será retomado mais ao final desta revisão.

Mas vale ressaltar o ponto de discussão, pois além dos argumentos apresentados por todas as correntes teóricas e contextos, todas têm em comum um ponto central que será tratado mais tarde nesta revisão, que é a questão da própria definição do que é democracia para todos esses autores.

O autor propõe nesta obra a elaboração de um exame de duas características que considera centrais em uma sociedade e que são capazes de influenciar de maneira substancial no que tange à estabilidade das democracias: desenvolvimento econômico e legitimidade (o grau em que as instituições são valorizadas e consideradas adequadas dentro da sociedade). “Neste capítulo, estou fundamentalmente interessado nas condições sociais — como a educação — que servem para sustentar os sistemas políticos democráticos, e não examinarei em detalhes os mecanismos internos, como as regras específicas do jogo político, que servem para mantê-los” (Lipset, 1967, pg. 47).

Sua proposta, então, é a de elaborar um estudo comparado envolvendo países tanto da Europa, como América do Norte e Latina a fim de testar a hipótese que ele levanta de que a generalização mais comum associada aos sistemas políticos seja a de que a democracia está relacionada com a situação de desenvolvimento econômico da nação. Ou seja, quanto mais próspera a nação, maiores são as probabilidades dela ser capaz de sustentar a democracia. E para esse teste de hipótese, o autor apresenta vários índices de desenvolvimento econômico — riqueza, industrialização, urbanização e educação — e extrai médias para os países que foram classificados como mais ou menos democráticos no mundo anglo-saxônico, na Europa e na América Latina (Lipset, 1967, pg. 50). Dessa forma, sua conclusão caminhou na direção de argumentar que o grau de urbanização se encontra diretamente relacionado com a existência de democracia. Mas vale lembrar que em toda a obra ele atenta-se para o fato de que o desenvolvimento econômico per si não é capaz de gerar democracia, mas que seria o pilar fundamental para uma série de evoluções intrínsecas à democracia, como os níveis de educação e saúde.

Essa abordagem dominou o campo de estudos até meados dos anos 1960, perdendo gradativamente relevância pelo fato de que em casos concretos e empíricos sua tese não corroborada e não se mostrava tão estável. De maneira empírica, as dificuldades apareciam ao observar alguns países como Portugal, Grécia e Espanha que transitaram para a democracia e não possuíam níveis altos de desenvolvimento e na contramão países como o Chile, que apesar da industrialização elevada, ainda sim foi um caso de autoritarismo por várias décadas.

Nesse lapso metodológico e conceitual uma nova abordagem dentro das teorias funcionalistas ganha força e espaço. Ainda buscando encontrar pré-requisitos para a democracia, mas não mais voltada para fatores econômicos, mas sim para a cultura política de uma nação. Nas formulações da abordagem Política Cultural autores como Gabriel Almond, Sidney Verba, Daniel Lerner ou Gunnar Myrdal apontaram para as estruturas culturais como as responsáveis pelo sucesso ou insucesso das democratizações. Vale a pena trazer para essa revisão alguns dos argumentos de Almond e Verba (1963), que dialogam diretamente com as proposições de Lipset (1967).

Em 1963, Almond e Verba desenvolveram a obra “A cultura cívica”, na qual sustentam que as condições culturais são a chave para compreender o estabelecimento, a manutenção e a estabilidade democrática. Dessa forma, elaboraram um estudo comparando as atitudes e orientações dos cidadãos de diversos países acerca de assuntos políticos. Os autores trazem ao debate a formulação anterior de que as pré-condições econômicas e sociais seriam a causa necessária para a ascensão de regimes democráticos. “Lipset e Coleman encontraram fortes correlações entre os índices de modernização e de democratização. O problema central apresentado por esses estudos seriam as consequências culturais e psicológicas dessa modernização e o processo que é deixado para inferência” (Almond & Verba, 1989, pg. 9)².

Na visão dos autores, esse tipo de análise não apenas omite as bases psicológicas da democratização e também deixa de explicar os casos desviantes significativos. Eles trazem alguns exemplos, como na França e Alemanha (países nos quais nota-se altos níveis de modernização), são classificados por Lipset (1967) como democracias instáveis e por outro lado Cuba e Venezuela, que possuem os mais altos níveis de desenvolvimento econômico da América Latina, tiveram suas histórias marcadas por longos períodos ditoriais. Visto isso, eles buscam desenvolver uma via alternativa.

O termo Cultura Política cunhado por eles, e que dá nome à obra, refere-se especificamente às orientações políticas, atitudes relacionadas ao sistema político. Da mesma maneira é possível falar em cultura econômica ou cultura religiosa, que basicamente correspondem a um conjunto de orientações que concernem a um conjunto de objetos sociais e processos. “A cultura política de uma nação refere-se à particular distribuição de padrões de orientação para objetos políticos entre os membros de um país” (Almond & Verba, 1989, pg. 13). E a partir desse ponto são conceituados três tipos de cultura cívica: a paroquial, a súdita e a participante. A primeira é observável em estruturas políticas tradicionais, a segunda em estruturas autoritárias e centralizadas e a terceira em uma estrutura democrática.

Um artigo bastante relevante publicado por Bruno Fagundes (2008) faz uma análise e crítica ao pensamento culturalista, partindo da comparação entre as duas matrizes do pensamento culturalista em ciência política, a de Tocqueville e a de Almond e Verba. Para os propósitos desta revisão, vale a pena trazer algumas considerações feitas por Fagundes com relação aos autores que escreveram a célebre obra “A cultura cívica”. Para ele, os autores forçaram a comparação de todas as demais nações por uma estreita perspectiva da experiência ocidental.

No esquema conceitual dos autores, a democracia americana é uma espécie de protótipo, fim último e parâmetro pelo qual se verifica a natureza de qualquer sistema político, se mede sua distância do protótipo, retificando-o, e pelo qual são corrigidas as estruturas políticas de cada país (...) E, se a experiência histórica de observar sistemas políticos emergentes serve-lhes para avaliar sua variedade, também serve-lhes para apurar “o que falta” para chegar ao ideal, e nunca “o que

² Trecho traduzido pela autora.

existe" a partir do que se podem constituir variadas formas de experiência democrática (Fagundes, 2008, pg. 139)

Essa perspectiva novamente falha quando levada para o plano empírico, e ainda nos anos 1960 essa lacuna dá espaço para uma nova abordagem. A linha que nasce de maneira síncrona ao trabalho de Barrington Moore (1967) ficou conhecida como abordagem Estruturalista. Pertencendo ao conjunto de teorias funcionalistas, Moore determina que um conjunto de condições sociais capazes de explicar o comportamento desses grupos no apoio a regimes de extrema esquerda e direita, fascistas e comunistas. Dentre os comportamentos observados, três possíveis caminhos históricos foram trilhados. O primeiro caminho, e o mais antigo, nasceu de grandes revoluções e guerras civis (a Revolução Puritana, a Revolução Francesa e a Guerra Civil Americana), e culminou na combinação do sistema econômico e político denominado capitalismo e a democracia ocidental. O segundo caminho, também capitalista, mas, na ausência de um forte surto revolucionário, passou através de formas políticas reacionárias até culminar no fascismo, como na Alemanha e no Japão que viveram o que o autor chama de forma capitalista reacionária ou uma revolução vinda de cima. E o terceiro caminho é o comunismo, vivenciado pela Rússia e pela China, onde as revoluções que tiveram as suas principais, embora não exclusivas, origens entre os camponeses tornaram possível a variante comunista (MOORE, 1967).

Moore argumenta que em cada um dos caminhos existem diferenças notáveis quando observa-se a variante democrática, mas também semelhanças significativas. Mas diferentemente de Lipset e Almond e Verba, o que Moore desenvolveu foi uma nova via dentro das teorias funcionalistas, a Corrente Estruturalista. De forma geral, o que o autor busca demonstrar em sua obra é que a probabilidade de emergência da democracia num estado está intimamente ligada à sua estrutura social, uma vez que a natureza do regime político é consequência da composição das classes sociais e da luta que se estabelece pelo controle ou influência no poder. Na terceira parte da obra, ele afirma que “existem diferenças estruturais nas sociedades agrárias que podem, em certos casos, favorecer o subsequente desenvolvimento em direção à democracia parlamentar, enquanto que outros pontos de partida tornariam essa realização difícil ou poderiam anulá-la por completo” (Moore, 1967, pg. 479). Ele traça um paralelo à tese de Otto Hintze, de que o feudalismo ocidental continha instituições que o distinguiam de outras sociedades e que favoreceram as possibilidades democráticas.

Diversas críticas foram tecidas aos argumentos apresentados por Moore. Dentre elas inaugurou-se uma nova perspectiva, denominada mais tarde Abordagem Crítica, na qual destaca-se aqui o trabalho de Nicos Poulantzas (1976), em sua obra “A crise das ditaduras”, onde ele se debruça sobre a análise de como se deu o processo de transição política por meio de uma estrutura conceitual firmada na teoria marxista do Estado. “De forma que sua argumentação está ancorada na ideia de que a natureza de um estado é resultado direto das forças entre as classes sociais que o compõem” (Lima & Sá, 2005, pg. 130).

De certa forma, Poulantzas também mantém sua análise num nível estrutural dialogando diretamente com Moore. Sua crítica em contrapartida aponta para a visão reducionista apresentada até então. É possível notar o viés estrutural presente na sua argumentação na seguinte passagem:

(...) a nova organização da cadeia imperialista e da dependência, típica da Grécia e da Espanha, e, num grau menor, de Portugal, modifica consideravelmente a estrutura econômico-social interna dos países que se encontram submetidos a este processo. A situação de países dominados e dependentes não implica mais uma simples divisão tradicional com as metrópoles do imperialismo no sentido indústria/agricultura. A dependência passa exatamente por uma industrialização dos mesmos, sob a égide e a instigação do capital estrangeiro" (POULANTZAS, 1967, pg. 13)

Sua argumentação se desenvolve no sentido de apontar para a relação de dependência das estruturas políticas, econômicas e culturais dos países para com o sistema capitalista. Portugal, Espanha e Grécia viveram transições políticas, mas não se encaixavam nos moldes do "subdesenvolvimento" até então visto nas definições e análises. Ele observou uma nova fase de dependência, associada a um tipo particular de industrialização, uma industrialização dependente (POULANTZAS, 1967).

Vale notar que até então nenhuma dessas abordagens descritas possuía como foco a questão da "transição" em si. Até meados dos anos 1970 esse termo não era utilizado, apesar de sabermos que essas formulações se enquadram e fundamentaram os estudos que conhecemos hoje como estudos sobre transição. O termo transição foi usado pela primeira vez na ciência política por Dankwart Rustow (1970) em seu artigo "*Transitions to Democracy*". E foi somente nos anos 1980 em diante que o termo foi transformado em um conceito teórico um pouco mais coeso, por meio dos trabalhos de Guillermo O'Donnell (1986), Philippe C. Schmitter (1994) e Laurence Whitehead (2001).

2.2. AS TEORIAS DA TRANSIÇÃO

O trabalho de Dankwart Rustow marcou a ruptura com as abordagens anteriores ao rejeitar a necessidade de pré-requisitos para a emergência democrática. "O autor desviou o objeto de análise do funcionamento do sistema democrático para o processo de transição para a democracia per si" (Lima & Sá, 2005, pg. 130). Em seu artigo "Transições para a democracia" ele parte sua análise de um balanço histórico das teorias até então desenvolvidas:

Escritos recentes de sociólogos e cientistas políticos americanos favorecem três tipos de explicação. Um deles, proposto por Seymour Martin Lipset, Philips Cutright e outros, conecta a democracia estável com certas condições econômicas e sociais, como alta renda per capita, alfabetização generalizada e residência urbana predominante. Um segundo tipo de explicação se estende a necessidade de certas

crenças ou atitudes psicológicas entre os cidadãos. Um terceiro tipo de explicação examina certas características da estrutura social e política³ (Rustow, 1970, pg. 337).

Ele evidencia que esse formato de formulação fazia sentido num contexto pós Segunda Guerra, mas que, a partir dos anos 1970, já se observava uma ampla aceitação de que a democracia se trata de fato de um processo de “acomodação”, que envolve a combinação de movimentos de divisão, coesão, conflito e consentimento⁴. Rustow aponta que essa virada de chave nos estudos não encerrou os debates acadêmicos, as respostas ainda divergem e continuariam divergindo, mas agora na tentativa de responder outra pergunta: “A questão não é como um sistema democrático passa a existir. Em vez disso, é a melhor maneira de uma democracia, presumida já existir, pode preservar ou melhorar sua saúde e estabilidade”⁵ (Rustow, 1970, pg. 339). E até aquele momento, ele argumenta, todas as formulações colocaram a democracia como variável dependente enquanto condições econômicas, estruturais e sociais tornavam-se variáveis independentes.

A teoria proposta por ele, denominada Teoria Genética, seria capaz de explicitar a distinção entre correlatos e causas. De forma que as condições sociais, econômicas e estruturais entrassem na teorização, mas como meios para especificar os mecanismos pelos quais essas condições penetram no plano democrático. Ele explica que de forma alguma era preciso assumir que a transição para a democracia fosse um processo homogêneo em todo o globo, pois se trata de um movimento que envolve diversas classes sociais e questões políticas. E esse fato implica a possibilidade de haver diversos caminhos para a democracia.

Dessa forma, a teoria genética desenvolvida por ele é fundamentada por três preceitos fundamentais. O primeiro afirma que certos elementos são indispensáveis à gênese da democracia. Como a presença de um senso de unidade nacional, mas também constante conflito político e uma adoção consciente dos preceitos democráticos. E tanto os políticos quanto o eleitorado devem se acostumar com essas regras. O segundo, para Rustow, é de que esses elementos devem ser adotados um de cada vez. O modelo abandona, assim, a busca pelos "requisitos funcionais" da democracia, pois nessa perspectiva nota-se a tentativa de fazer funcionar todos esses elementos de uma vez só, o que torna o trabalho total de democratização bastante incontrolável. E o terceiro preceito é o de que tudo isso ocorra sob a unidade nacional como pano de fundo, através da luta, compromisso e habituação, à democracia.

E seu pressuposto de que a democracia não pode ser vista como um fenômeno uniforme e ausente de conflito vai ressoar nos trabalhos seguintes, em que a metodologia comparada vai se mostrar o meio mais dominante para estudar as transições democráticas. E o primeiro grande estudo comparativo foi desenvolvido por Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter e Lawrence Whitehead, na obra *"Transition from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy"* publicado nos anos 1980.

³ Trecho traduzido pela autora.

⁴ Termos utilizados em diversos outros trabalhos do autor.

⁵ Trecho traduzido pela autora.

Faz-se relevante para essa revisão trazer a definição que os autores fazem do termo “transição”: “O presente volume trata das transições de certos regimes autoritários em direção a uma incerta “outra coisa”. Esse “algo” pode ser a instauração de uma democracia política ou a restauração de uma nova e possivelmente mais severa forma de governo autoritário” (O'Donnell; Schmitter; Whitehead, 1986, pg. 3). Definição essa que repercutiria nos inúmeros estudos de casos nas décadas seguintes.

Por meio de comparações estabelecidas entre casos de transições em países europeus e latino-americanos os autores apontaram que a chave explicativa para o início de uma transição está nos fatores internos domésticos de uma nação. Essa visão inaugura uma vertente dentro da corrente das teorias da transição. Uma perspectiva nativista é defendida pelas formulações dos autores. Essa posição não descarta totalmente que as questões internacionais sejam capazes de interferir de certa forma em todo o processo, mas não veem no contexto internacional algo capaz de compelir governos autoritários a um movimento à liberalização. “Mais precisamente, afirmamos que não há transição cujo início não seja a consequência - direta ou indireta - de divisões importantes dentro do próprio regime autoritário (...) onde Brasil e Espanha são casos dessa causalidade direta” (O'Donnell; Schmitter; Whitehead, 1986, pg. 19).

Fica claro a partir da leitura da obra que os autores reafirmam o ponto que uma década antes foi posto por Rustow, de que os processos políticos são extremamente assimétricos e heterogêneos. Não é possível trilhar um caminho em que consideremos que os fatores capazes de derrubar uma democracia não são o inverso dos fatores que derrubam um autoritarismo. Eles explicam que a razão para essa assimetria deriva do fato de que as ações sociais possuem altos níveis de indeterminação. E ainda instáveis são as questões que envolvem um período transitório como esperança, oportunidade, escolha, incorporação de novos atores, formação e renovação de identidades políticas.

É possível notar uma nova constante inaugurada pelos trabalhos e estudos desenvolvidos a partir dos anos 1980. Os estudos comparativos foram os mecanismos metodológicos mais utilizados para analisar os processos de transição democrática. Percebe-se que após décadas de estudos, e a inauguração de uma nova linha teórica, houve a necessidade de definir com maior clareza os conceitos empregados. Linz e Stepan (1996) iniciam sua obra com definições importantes para a análise de transições democráticas. Fazem referência à obra anteriormente mencionada de O'Donnell e Schmitter, que também introduzem com definições conceituais.

O que Linz e Stepan se propõem em seu estudo comparado é encontrar uma definição operacional de uma democracia consolidada, compreendendo os campos envolvidos no jogo democrático, atores e contextos. Percorrendo o debate de macro variáveis, como a questão da estatalidade e as micro variáveis que se posicionam na política interna de cada nação, apesar da argumentação de O'Donnell, Schmitter, de que os fatores internos desempenham um papel predominante nas transições e de que as transições iniciam de uma forma ou de outra por cisões no seio do próprio regime totalitário. Nesse momento, uma nova linha é inaugurada dentro das análises das transições, que mais adiante será desenvolvida por outros autores, uma abordagem que valoriza

a Perspectiva Internacional como variável explicativa para os processos de transições. E cabe aqui comentar brevemente as três faces de influência externa mencionadas pelos autores.

Primeiramente, a política externa pode representar uma força determinante na fase de transição, mas a consolidação democrática de um país é determinada praticamente apenas pelas forças internas de uma nação. O que os autores chamam de subversão pode ser considerada a mais nítida consequência da política externa no processo transitório. Ocorre quando as potências regionais hegemônicas (democráticas ou não) desempenham um papel significativo nos rumos de outras nações tanto em direção à democracia quanto para o distanciamento dela. Alguns exemplos que eles apontam: a política externa estadunidense em relação às Filipinas em 1987, na aproximação à democracia, ou para o distanciamento como foi o caso da política estadunidense com relação ao Chile em 1973.

Nesse mesmo período e contexto, Samuel Huntington (1994) trouxe contribuições significativas para os estudos sobre transições democráticas, ainda inserido na corrente mais contemporânea, dita como internacional. Apesar de não utilizar apenas o contexto internacional para explicar as causas e desdobramentos dos processos de democratização, ele desenvolve uma argumentação, por meio de uma análise comparada e pela sistematização de um conjunto de processos transitórios. Assim como os demais autores aqui apresentados, Huntington também aponta para a assimetria e heterogeneidade quando são analisados casos diversos na busca de explicar um fenômeno “comum”. E explica que se “os pontos inicial e final dos processos foram assimétricos (...) tais diferenças têm muita significação para a estabilidade dos sistemas democráticos que são criados, mas relativamente pouca para os processos que levam a eles” (HUNTINGTON, 1994, pg. 113).

Anteriormente, na segunda onda, aponta ele, a democratização ocorreu em grande medida por meio de imposições externas e dos processos de descolonização. Já na terceira onda, esses processos foram menos significativos, e “embora as influências externas muitas vezes tenham sido causas significativas das democratizações da terceira onda, os processos em si foram predominantemente internos” (HUNTINGTON, 1994, pg. 118). Como mencionado anteriormente, o autor está inserido justamente na corrente internacional por apontar os momentos em que a influência externa foi ou não ponto decisivo para os processos de democratização, mas não necessariamente são os únicos a serem levados em conta. Huntington pontua três processos distintos em sua análise: transformação, substituição e transstituição. Ele faz referência aos conceitos elaborados por Juan Linz anteriormente, o qual utiliza de terminologias muito próximas. Ele desenvolve esses conceitos partindo do critério da importância relativa dos detentores do poder e da oposição no regime anterior.

Nesse contexto, é possível notar uma valorização cada vez maior do âmbito internacional dentro das análises, de forma embrionária nos trabalhos dos anos 1980 e mais consolidada a partir dos anos 1990. Em 1996, Laurence Whitehead consegue apresentar no livro *The International*

Dimensions of Democratization: Europe and the Americas uma sistematização dos métodos pelos quais as forças externas são capazes de influenciar a mudança de regime em um determinado país (Lima & Sá, 2005).

No período pós-guerra fria, era possível observar o colapso do poder soviético e o desencadeamento de uma onda de democratizações, melhor contextualizada por Huntington, e uma série de independências no continente africano. Era possível notar um novo arranjo na África Austral pós-apartheid entre Malawi, Namíbia e República da África do Sul. Whitehead explica que em todos esses processos, uma análise equilibrada terá de dar um peso considerável ao contexto internacional em que estão ocorrendo, bem como às forças mais estritamente domésticas em jogo. Sua proposta central foi a de revisar as principais perspectivas alternativas disponíveis ao analisar a dimensão internacional das democratizações recentes e contemporâneas.

Seguindo esse objetivo, ele formula três nomenclaturas sob as quais os fatores internacionais podem ser agrupados e analisados: contágio, controle e consentimento⁶. O contágio, para ele, representa um fenômeno de difusão da democracia de um país para outro, por proximidade geográfica e através do simples exemplo de sucesso do seu processo de transição. Por outras palavras, este é um mecanismo de transmissão da democracia. Um dos exemplos que o autor usa para testar a hipótese do Contágio: Bélgica – Holanda – Dinamarca – Noruega – Alemanha – Áustria – Itália tudo dentro de cinco anos (e sem contar a Finlândia) constitui a primeira sequência. E vale lembrar que sua análise separa a lógica que envolve a transição da democratização e a fase da consolidação⁷.

Whitehead explica que apesar das dinâmicas interessantes e essa possibilidade de previsão, por si só não são capazes de explicar a hipótese levantada. A ideia do contágio não é capaz de nos apresentar como uma sequência causal se inicia, por que termina e nem em que direções avança. Sua definição do segundo conceito, controle seria na tentativa de explicar a transição que ocorre por meio da imposição de um regime democrático por controle externo, assumindo este uma dimensão de autoridade militar, sobretudo sob a liderança norte-americana. Ao desenvolver essa argumentação o autor chama atenção para o fato de que quase dois terços das democracias existentes em 1990 tiveram suas origens, pelo menos em parte, em atos deliberados de imposição ou intervenção externa. “Diante disso, uma interpretação que exclua da consideração os papéis desempenhados pelos atores externos, seus motivos ou seus instrumentos de ação está fadada a produzir uma imagem altamente distorcida da dimensão internacional da democratização, por melhor que seu desempenho estatístico possa parecer” (Whitehead, 2001, pg. 9). É nessa passagem que fica clara a sua crítica direcionada aos trabalhos desenvolvidos na linha nativista. Ele faz questão de lembrar

⁶ Num dos trabalhos mais recentes, Philippe Schmitter (ano) acrescenta uma quarta dimensão à tipologia de Whitehead, a qual designa de “condicionalidade”, definindo-a como o emprego deliberado da coerção – sujeitando a condições específicas a concessão de benefícios aos países beneficiários – por instituições multilaterais (exemplo: o Banco Mundial e o FMI)

⁷ Veremos em seguida que é essa lógica que vai guiar os trabalhos mais atuais, que separam totalmente as fases da transição e consolidação no processo de democratização.

que a correlação deve ser separada da causalidade, e não é a simples difusão que explica a democratização em massa em certos períodos de tempo, mas sim a influência direta e o peso de um terceiro elemento, uma potência capaz de influenciar os movimentos democráticos dessa forma. E no caso das democratizações pós-1945, os contornos da democratização foram delimitados pela presença dos Estados Unidos por todo o globo.

A terceira via apresentada é a do Consentimento. A qual ele define como um fenômeno de um conjunto de interações entre processos internos e externos. A democratização representa o duplo movimento que interliga as interações entre as forças nacionais e internacionais. No momento em que englobamos motivações e a ação desempenhada pelos atores estratégicos numa análise de transição, não é possível apenas considerar somente a influência externa ou interna separadamente. E ao empregar uma análise abrangente é necessário levar em conta as ações de atores domésticos e sua interação com o meio internacional. Mas Whitehead levanta o questionamento: por que precisamos de uma análise abrangente? Afinal as proposições tanto do contágio e controle já parecem bastante satisfatórias para uma análise de transição. Sua resposta é de que essas duas primeiras perspectivas se apoiam em uma concepção muito básica de democracia. Para uma análise elaborada de todo o processo é necessário lapidar um pouco mais o que entendemos como dimensão internacional.

2.3. O DEBATE ATUAL: TRANSITOLOGIA E CONSOLIDOLOGIA

Por meio da leitura de trabalhos mais recentes, escritos após os anos 1990, é possível perceber um padrão analítico. Alguns elementos parecem chaves para observar esses trabalhos num todo. Primeiramente, é importante observar que uma quantidade considerável de trabalhos dos mais diversos formatos, foram produzidos acerca do tema da transição nas últimas décadas. E isso foi abrindo um espaço cada vez maior dentro da ciência política contemporânea para essas análises. Guilhot e Schmitter (2000) explicam que justamente esse movimento teve como consequência o surgimento de duas disciplinas independentes dentro dos estudos sobre democratização. Duas subdisciplinas que estão estreitamente relacionadas: a “transitologia” e a “consolidologia” (Guilhot & Schmitter, 2000).

De maneira breve, após leitura e interpretação do trabalho dos autores é possível sintetizar os dois conceitos da seguinte forma: a Transitologia corresponde à mudança nos procedimentos políticos durante um período que abrange o apagamento de um regime autocrático e os esforços para estabelecer a democracia. Isso significa, em primeiro lugar, que a transição define um período de tempo delimitado em cada extremidade pela existência de um presumível regime político estável. As transições, portanto, aparecem como situações históricas abertas a conjunturas críticas (COLLIER, 1999). Durante as quais a natureza e a direção da mudança dependem principalmente das estratégias políticas adotadas pelos vários grupos de interessados envolvidos nesse processo. Mas a transitologia

não é unicamente aplicável e observável em casos de regimes emergentes. Ela dá um lugar central à sua própria emergência ao processo por meio do qual as novas regras do jogo político são produzidas e aceitas antes que possam dar origem a uma nova ordem política. Nesse sentido, atua inevitavelmente um tipo de análise centrada no ator onde as configurações políticas produzidas dependem sobretudo das estratégias implementadas por um número limitado de atores. O papel central do ator é certamente o que define a análise das transições. Se suas interações podem ser modeladas com base em um certo número de hipóteses gerais, de jogos estilizados e axiomas ahistóricos, tais como são usados em teorias de escolha racional⁸.

Já na Consolidologia, o primeiro fato a ser considerado é o de que o surgimento de novos arranjos políticos não é suficiente para declarar encerrado o processo de mudança de regime. E ao adotar o ponto de vista da transitologia implica necessariamente um tratamento em duas etapas, sendo a segunda inteiramente articulada em torno da questão da institucionalização das novas regras do jogo político de consolidação. O uso desse conceito é de fato altamente problemático. Em primeiro lugar, a consolidação é muitas vezes definida de forma tautológica como o resultado do processo de consolidação. Algumas definições de fato confundem uma e outra e estipulam que a consolidação é o processo pelo qual um regime democrático é reforçado de tal forma que persiste no tempo e previne ou resiste a possíveis crises. Mas a definição clássica é que um regime se consolida quando atores importantes agem de acordo com as regras ou dentro de um horizonte de tempo sem supor nenhuma mudança de regime.

Após 1974, com uma grande movimentação política de regimes não democráticos para democracias, a atenção se voltou para a imprevisibilidade das transições e as adversidades específicas que se originaram exatamente na tentativa de estabilidade e consolidação pós transição. Alguns teóricos viram a necessidade de uma ruptura epistemológica, separando esses dois momentos em análises distintas, e tornaram a restauração e estabilização das instituições democráticas um dos principais pontos focais das investigações, principalmente sobre os países latino americanos. E provavelmente o trabalho desenvolvido por Dankwart Rustow nos anos 1970 foi o passo inicial, que elaborou um protótipo do que hoje conhecemos pela literatura como Transitologia (VITULLO, 2005). Os trabalhos que se seguiram tiveram um formato bem característico de buscar interpretar a realidade por meio da existência de etapas ou estágios que abriram caminho para a resolução de problemas que fazem parte de qualquer processo de democratização.

Dobry (2000) em seu artigo aponta que, para a transitologia, não existem determinismos ou causalidades estruturais. E os transitólogos estão longe de construir um bloco homogêneo e coeso nas suas análises. Mas nesse contexto, a obra de Guilhot e Schmitter (2000), tem assinalado que o

⁸ É possível observar nas definições dos autores uma nítida inclinação para as teorias da Escolha Racional. O foco dado ao papel dos atores e o uso de expressões como tabuleiro, jogo para demonstrar o caráter estratégico na movimentação política, é uma característica muito forte dessa corrente teórica.

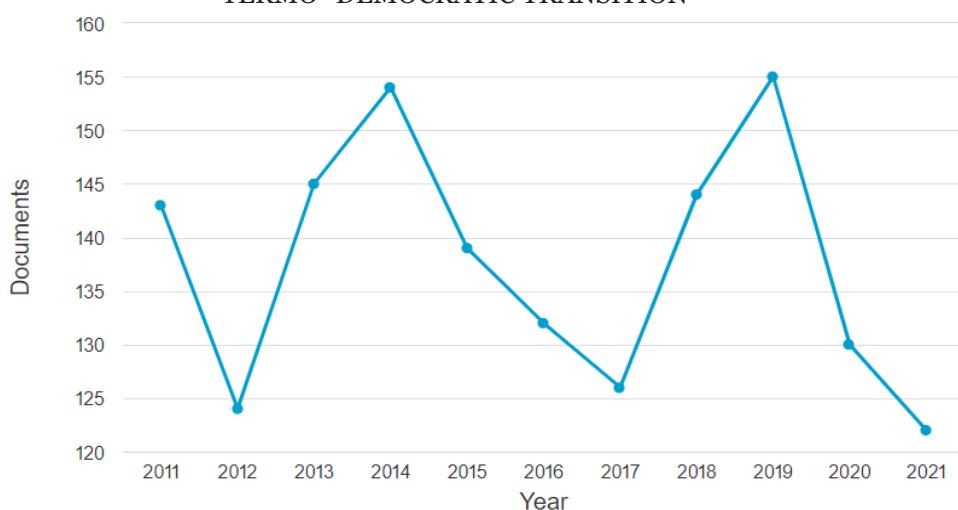
fato de suspender temporariamente as limitações estruturais seria uma manifestação do caráter histórico que se encontra no nascimento das teorias da transição. “E que os trabalhos recentes têm sugerido que tanto transição como consolidação sejam vistos como instrumentos analíticos que permitem dissociar as dimensões processuais e atitudinais, respectivamente, que definem um regime político” (Guilhot, Schmitter, 2000, pg. 618).

Um outro fator importante que caracteriza os trabalhos recentes é a crescente tendência em se trabalhar e desenvolver comparações entre inúmeros casos. Uma característica que foi levantada anteriormente, que vem desde os trabalhos de Linz e Stepan, com a comparação entre mais de 35 casos pelo mundo, que buscou observar como os caminhos distintos de democratização levaram a diversos resultados de arranjos institucionais.

Em 2002, Gerardo Munk escreveu em seu artigo *“Una revisión de los estudios sobre la democracia: temáticas, conclusiones, desafíos”* que “a preocupação com a transição democrática teve, e provavelmente continuará a ter, grande importância normativa” (Munck, 2002, pg. 581). Ele não estava equivocado. Desde a publicação de seu artigo até o ano de 2021 mais de 2.500 trabalhos foram indexados apenas na base de indexação de periódicos da Scopus.

Para obter um panorama mais atual do comportamento desses trabalhos e para que seja possível também pontuar algumas características e comportamentos relevantes, o termo *“democratic transition”* foi buscado e analisado dentro da plataforma da Scopus. Dentro de um recorte temporal que compreende os últimos dez anos (de 2011 até 2021). Ao observar o Gráfico 1, notou-se dois “picos” de publicação de trabalhos sobre a temática, nos anos de 2014 e depois em 2019. Duas ondas de publicação que totalizaram 1.514 trabalhos.

GRÁFICO 1 – DOCUMENTOS INDEXADOS NA SCOPUS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 COM O TERMO “DEMOCRATIC TRANSITION”

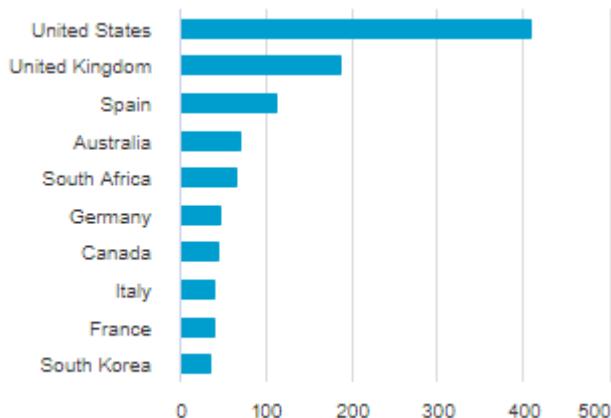


Fonte: Elaborado pela autora/base Scopus

E vale ressaltar também a origem desses trabalhos tanto em relação aos países de origem, quanto às universidades que são os pontos de formulações dessa área da ciência política. As

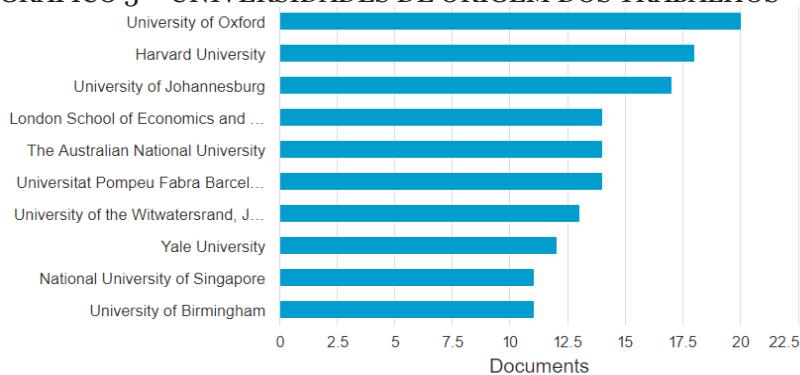
universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra possuem um domínio e uma hegemonia nas pesquisas dentro dessa temática, como é possível observar no Gráfico 2 e 3. Observamos então que existe um domínio ocidental da produção desse conteúdo no meio acadêmico, vale lembrar também que a plataforma escolhida para o recorte pode influenciar nos resultados obtidos aqui.

GRÁFICO 2 – PAÍSES DE ORIGEM DOS TRABALHOS



Fonte: Elaborado pela autora/base Scopus.

GRÁFICO 3 – UNIVERSIDADES DE ORIGEM DOS TRABALHOS



Fonte: Elaborado pela autora/base Scopus.

Apesar dos Estados Unidos e Inglaterra deterem o monopólio científico nessa área, e em muitas outras, vale ressaltar um comportamento interessante. Primeiro, observando o Gráfico 2, constatou-se que a África do Sul está dentre os cinco maiores países produtores de trabalhos sobre o tema da transição democrática nos últimos dez anos. E segundo ponto de atenção, no terceiro gráfico percebe-se que a Universidade de Johannesburg, uma das universidades mais influentes do país sul africano, é a terceira maior produtora de conhecimento na área, ficando atrás apenas de Oxford e Harvard.

Acerca do conteúdo propriamente dito desses trabalhos, é possível notar que a metodologia predominante é a dos estudos de caso, principalmente de casos de países asiáticos, africanos e do leste europeu. Um dado que corrobora e sustenta o comportamento previsto no início dos anos 2000

com os trabalhos de Guillhot e Schmitter, de que o foco dos trabalhos seria de estudos de países que passaram por transições no final dos anos 1990 e nos anos seguintes estariam vivendo anos de consolidação democrática. Um fato relevante é o de que esses trabalhos não carregam o debate epistemológico de “transitologia” e “consolidologia”. Tanto que ao colocar os termos na base de indexação, os resultados não correspondem nem a 10% do total dos trabalhos.

Algumas pesquisas desenvolvidas nesses últimos dez anos são um indício claro do debate que será levantado no próximo tópico, de conclusões e desafios, acerca da definição de democracia e a visão eurocêntrica que acompanhou as formulações de transição democrática dos trabalhos clássicos e como esse fato influenciou de forma significativa a forma de enxergar e analisar os casos de transição como um todo. Os trabalhos atuais demonstram um padrão de instabilidade, estagnação, corrupção que marcam os mais diversos países que vivem períodos de consolidação democrática. Alguns pontos que caracterizam as formulações sobre transição democrática, que serão trazidos na próxima seção, podem ser a chave explicativa para esses padrões.

3. CONCLUSÕES E DESAFIOS

Essa última seção tem como objetivo elaborar um balanço do que foi apresentado até o momento, buscando, assim, pontuar os principais desafios enfrentados pela área, de caráter tanto conceitual quanto metodológico. A partir da retomada histórica construída, que iniciou com os trabalhos de Lipset e caminhou até meados dos anos 1990 com as formulações de Whitehead e O'Donnell e Schmitter e que, por fim, desembocou nos trabalhos mais atuais que se fragmentaram em estudos de transição e de consolidação, foi possível notar algumas semelhanças entre todas essas produções e algumas características que provavelmente possam ser a chave explicativa das dificuldades tanto metodológicas quanto conceituais da área.

Num primeiro momento, vale retomar um ponto levantado logo no início em que foi analisada a argumentação de Lipset, originada nos anos 1970. Daquele momento em diante os trabalhos desenvolvidos tiveram e ainda têm em comum sua forma de definir a democracia. Uma definição carregada de um viés Schumpeteriano e Weberiano de democracia em que “a democratização se reduz à mera normalização das instituições formais; a democracia é vista exclusivamente sob o prisma da institucionalização política, passando por alto as relações entre democratização político-institucional e democratização social” (VITULLO, 2005, pg. 26). Essa escolha - consciente ou não - carrega em si consequências para a forma de enxergar a transição. Limitando a democracia exclusivamente à esfera das instituições oficiais acaba desconsiderando a legitimidade das lutas travadas na esfera social, na busca por redefinição e reestruturação democráticas. É possível notar esse lapso conceitual em análises de processos de democratização nos países latino-americanos. Tomando aqui o exemplo do Chile, um país que passou por uma transição

democrática nos anos 1990, em nível de instituições formais, o que para as formulações teóricas sobre transições é a virada de chave de autocracia para democracia. Mas deixam pendentes os problemas da democratização social. Vimos isso claramente nos anos de 2019 e 2020, já que as transições são concebidas como passagem de um tipo de regime político para outro e não como uma mudança socioeconômica global (Garretón, 1992).

Um segundo ponto que vale a pena ser debatido, mesmo que brevemente, é o fato tão característico desses estudos, principalmente após as formulações de Rustow, em se empenharem em criar conexões, comparações entre nações europeias, latino-americanas, africanas e asiáticas, a fim de encontrar mecanismos causais e possíveis estruturas explicativas para os processos de transição democrática. E essa tendência de englobar em um mesmo estudo, casos tão heterogêneos e com contextos históricos tão distintos, é justamente o que José Nun (1991) aponta no seu artigo *“La democracia y la modernización, treinta años después”*. Nesse artigo, ele indica exatamente que “um primeiro problema que se coloca é o da própria legitimidade de incluir em um único conjunto situações tão diversas como as das formações sociais e políticas da América Latina, do Sul e do Leste da Europa e do Sudeste da Europa, da Ásia, por mais heterogêneas que sejam ainda no “nível regional” (NUN, 1991, pg. 8).

Algumas dificuldades metodológicas propriamente ditas são observáveis nesses trabalhos. Uma primeira questão está intimamente relacionada à constante busca de padrões comuns e generalização nos processos de transição. Nota-se uma preocupação constante em criar tipologias e classificações, fato que pode ser o fator impeditivo nas análises mais profundas e aguçadas das singularidades de cada caso específico. Apesar desse formato de análise, ele trouxe benefícios notórios. No momento em que os autores colocaram como questão geral algo como “por que alguns países tiveram transições democráticas e outros não?”, e a comparação entre eles foi algo natural e intuitivo. Essa questão direta gerou *insights* importantes para enxergar as causas das transições. E na tentativa constante de respondê-la, algumas verdades caíram por terra, como a afirmação que por tanto tempo foi sustentada de que os níveis de modernização e desenvolvimento econômico são os fatores decisivos para a democratização. E demonstrou quão diversas poderiam ser essas “causas”.

E quando o ponto focal das investigações são os atores, como apontado anteriormente, como sendo uma característica bem forte nos autores que tendem para a linha argumentativa da escolha racional, a literatura ainda não conseguiu chegar em conclusões claras sobre a origem social da democracia (Munck, 2002)

As hipóteses de que a burguesia (Moore, 1966), a classe média (Lipset, 1960) ou os trabalhadores (Rueschemeyer, Stephens e Stephens, 1992) são os principais agentes da democratização não foram sustentadas por evidências sólidas. A única conclusão que emerge dessa linha de investigação diz respeito à hipótese de que as elites latifundiárias são por natureza uma força não democrática (Moore, 1966; Mahoney, 2000, pp. 6-13; ver também Mainwaring e Perez-Liná, 2000, pp. 18-22) (Munck 2002, pg. 585)

O foco sobre os atores é apenas uma das múltiplas variáveis que surgiram ao longo dessas décadas de estudo. O que é possível perceber é o quanto fértil é esse terreno teórico, e apesar desse grande potencial ainda há uma falta de elaboração mais ordenada e sistemática do campo. E por isso também “a preocupação com a transição democrática teve, e provavelmente continuará a ter, grande importância normativa” (Munck, 2002, pg. 581). A questão que permeou e guiou todo o trabalho aqui desenvolvido foi: de que forma o conceito de transição democrática foi cunhado dentro do campo da ciência política? Buscando assim compreender: quais são os autores fundamentais no campo de estudo sobre transições, como eles dialogam entre si no decorrer do tempo, quais temas e ideias são fundamentais para o transcorrer do debate e como as argumentações estão relacionadas. Além de mapear, mesmo que brevemente, o comportamento da produção científica na última década sobre a temática dentro de uma plataforma de indexação de periódicos. A fim de visualizar além da formação do campo conceitual sobre o termo transição democrática, mas também como os trabalhos mais recentes se comportam, a origem (países e universidades) e a publicação ao longo do tempo (de 2011 a 2021).

Para futuros trabalhos, é possível visualizar algumas possibilidades, principalmente no que concerne a contribuição teórica das transições para a literatura democrática e para nossa própria compreensão das mudanças de regimes políticos? Badie et al. (2011), ao se debruçarem sobre o termo Transição na “*International Encyclopedia of Political Science*”, conseguiram construir uma metáfora muito didática. Eles explicam que um dos pontos fortes do paradigma da transição é que ele é capaz de lançar luz sobre a caixa preta de atores políticos, constelação de atores e ação política. E a teoria da transição trouxe os atores políticos de volta ao centro das atenções. No entanto, os transitólogos construíram sua própria caixa preta: eles não integraram suficientemente em suas análises a estrutura de oportunidades socioeconômicas para a ação política.

*Artigo recebido em 23 de maio de 2023,
aprovado em 28 de dezembro de 2023.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BADIE, B.; BERG-SCHLOSSER, D.; MORLINO, L. *International Encyclopedia of Political Science*. Bertrand Badie. 2011.
- BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. Writing narrative literature reviews. **Review of General Psychology**, v. 1, n. 3, p. 311–320, 1997.

COLLIER, David (Ed.). *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, NJ: **Princeton University Press**, 1979.

COLLIER D. *Shaping the Political Arena Critical Junctures the Labor Movement and Regime Dynamics in Latin America*. Princeton: **Princeton University Press**, 1999.

DOBRY, M. M. Les voies incertaines de la transitologie : choix stratégiques , séquences historiques , bifurcations et processus de path dependence. **Revue française de science politique**, p. 585–614, 2000.

ELKLIT, J. *Electoral institutional change and democratization: You can lead a horse to water, but you can't make it drink*. **Democratization**, v. 6, n. 4, p. 28–51, 1999.

FAGUNDES, B. F. L. Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, , n. 74, p. 131–150, 2008. CEDEC. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000200006&lng=pt&tlang=pt>. Acesso em: 27/8/2021.

FERREIRA, N. S. DE A. "As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2002.

GARRETÓN, M. A. *A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução*. **Revista Lua Nova**, v. 27, 1992.

GIBSON, J.L. *The contributions of truth to reconciliation: Lessons from South Africa (2006)* **Journal of Conflict Resolution**, 50 (3), pp. 409-432.

GUILHOT, M. N.; SCHMITTER, M. P. C. *De la transition à la consolidation . Une lecture rétrospective des democratization studies*. **Revue française de science politique**, p. 615–632, 2000.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática

INMAN, R.P. RUBINFELD, D.L. *Federal institutions and the democratic transition: Learning from South Africa (2012)* **Journal of Law, Economics, and Organization**, 28 (4), pp. 783-817.

LINZ, Juan & STEPAN, Alfred, *Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. Baltimore: **The Johns Hopkins University Press**, 1996

LIMA, B. P. DE; SÁ, T. M. DE. *As teorias da transição para a democracia; a dimensão internacional da teoria da transição para a democracia*; **Relações Internacionais**, v. setembro, n. 07, p. 127–144, 2005.

LINZ, Juan & STEPAN, Alfred – *Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post- Communist Europe*. Baltimore: **The Johns Hopkins University Press**, 1996.

LIPSET, Seymour. *Political Man: the social bases of politics* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

MINGERS, J.; LEYDESDORFF, L. *A review of theory and practice in scientometrics*. **European Journal of Operational Research**, v. 246, n. 1, p. 1–19, 2015. Elsevier Ltd.

MONCLAIRE, S. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 61–74, 2001.

MOORE, B. As origens sociais da ditadura e da democracia. 1967.

MUNCK, G. L. Una Revisión De Los Estudios Sobre La Democracia : Temáticas , Conclusiones , Desafíos. **Desarrollo económico**, v. 41, n. 164, p. 579–609, 2002.

NUN, J. Y ESTRATEGIAS DE DESARROLLO. XV Congresso Mundial, **Associação Internacional de Ciência Política**, , n. 3, p. 7–17, 1991.

O'DONNELL, G. A.; SCHMITTER, P. C. Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies. 1986.

POULANTZAS, Nicos – The Crisis of Dictatorship: Portugal, Greece and Spain. Londres: NLB, 1976

PRZEWORSKI, Adam et al. (1995), Sustainable Democracy (Cambridge: Cambridge University Press)

PRZEWORSKI, Democracy and the Limits of Self-Government. Cambridge: **Cambridge University Press**, 2010.

RUSTOW, D. A. Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. **Comparative Politics**, v. 2, n. 3, p. 337–363, 1970.

SCHMITTER, Philippe C. Dangers and Dilemmas of Democracy. **Journal of Democracy**, v.5, n.2, p.57-74, April 1994.

SCHRAEDER, P.J. South Africa's foreign policy from international pariah to leader of the African renaissance (2001) **Round Table**, (359), pp. 229-243.

VISENTINI, P.; PEREIRA, A. África do Sul, história, estado e sociedade. 2010.

VITULLO, G. E. "Além da transitologia e da consolidologia : um estudo da democracia argentina realmente existente Além da transitologia e da consolidologia : um estudo da democracia argentina realmente existente", 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VITULLO, G. E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 53–60, 2001.

WHITEHEAD, L. The International Dimensions of Democratization : Europe and the Americas: Europe and the Americas. 2001

ZUPIC, I.; ČATER, T. Bibliometric Methods in Management and Organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429–472, 2015.